

A SITUAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

SEMINÁRIOS REGIONAIS - GT HISTÓRIA

(outubro-novembro 2004)

Nos meses de outubro e novembro de 2004, o Departamento de Políticas de Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica/MEC organizou cinco seminários regionais para que fosse discutida a situação do ensino médio no Brasil. A partir dessas reuniões, a proposta é a de oferecer Orientações Curriculares do Ensino Médio, em nível nacional. Participaram dos seminários, nas cidades de Florianópolis, Cuiabá, Manaus, João Pessoa e Vitória, representantes de gestores das secretarias estaduais e municipais das respectivas regiões, assim como igual número de professores da rede pública de ensino.

A seguir, é oferecida aos sócios da Anpuh e demais interessados em educação no Brasil uma síntese dos resultados das discussões dos GT de História. Os GT de cada uma das disciplinas que compõem o ensino médio foram coordenados por professores da área. A área de História teve como coordenador o professor Holien Gonçalves Bezerra.

SUMÁRIO:

I - REGIÃO CENTRO-OESTE - Cuiabá - 18 e 19 de outubro de 2004	2
II - REGIÃO NORDESTE - João Pessoa - 4 e 5 de novembro de 2004	4
III - REGIÃO NORTE - Manaus - 11 e 12 de novembro de 2004	8
IV - REGIÃO SUDESTE - Niterói - 8 E 9 de novembro de 2004	10
V - REGIÃO SUL – Florianópolis – 13 e 14 de outubro de 2004	15

I. REGIÃO CENTRO-OESTE - Cuiabá - 18 e 19 de outubro de 2004

1 - Questões gerais do ensino médio

- O grupo considera que se deve enfatizar a importância e a atualidade dos PCN, não sendo conveniente descartá-los, mas sim proceder a um trabalho de recuperação, ampliação, enriquecimento e, principalmente, torná-los mais compreensíveis para o público alvo. Por outro lado, a legislação referente ao ensino médio e os documentos que propõem orientações específicas são pouco conhecidos e apresentam ainda dificuldades de compreensão pelos técnicos das SEE e dos professores em geral.
- A identidade do ensino médio está amparada pela legislação, mas não encontra respaldo nos governos estaduais.
- Uma questão essencial para se encaminhar de modo satisfatório a recuperação do ensino médio é o investimento na formação dos professores. Os cursos de Licenciatura deixam muito a desejar, pois ainda não incorporaram uma prática de ensino renovada. Insistir na Formação Inicial e Continuada dos professores de História.
- A situação específica do aluno do EM noturno condiciona o desempenho de aprendizagem do aluno e a atuação do professor.
- Há grande dificuldade em se trabalhar com jovens alunos, constatando-se grande resistência dos professores. Como sugestão, é necessário recuperar a trajetória histórica dos movimentos juvenis e a compreensão da cultura juvenil. Sem esta compreensão não há metodologia, currículo e recursos didáticos que superem o problema. Levar em consideração as relações professor-aluno e questões de ordem psicológica e afetiva.
- Para que se possa entender o conceito de Mundo do Trabalho, é necessário rediscutir as noções de trabalho (como categoria mais ampla ou atividade produtiva). Historicizar o conceito de trabalho e mostrar os objetivos expressos na própria Constituição: “qualificação para o mundo do trabalho”.

2 - Questões específicas da disciplina História

- Constata-se a distribuição desigual das disciplinas, em que algumas delas são destacadas em detrimento de outras.
- Nota-se dificuldade entre os professores no trabalho com as diversidades regionais (história local e regional). Na organização curricular vigente ainda prevalece o ensino da História Geral.
- Temporalidade e espacialidade são conceitos fundamentais deste campo de conhecimento, mas são pouco trabalhados.
- Há urgência em providenciar materiais instrucionais didáticos para subsidiar o trabalho do professor de História.

- Em relação aos fundamentos científicos do currículo de História para o ensino médio, o grupo sentiu certa dificuldade para a assimilação de alguns conceitos cuja compreensão condiciona o alcance dos Parâmetros. Os conceitos que merecem maior aprofundamento são: competências e habilidades - a ênfase nas áreas de conhecimento - contextualização e interdisciplinaridade - tecnologia e seu uso. Desta forma, foi enfatizada a ausência de sintonia na compreensão dos documentos que orientam o ensino médio.

- Ao lado da crítica à importação de teorias européias, foi destacada a necessidade de preparação e capacitação dos professores para entendimento dos princípios científicos que regem as propostas curriculares. Mesmo assim, constata-se que muito do que é proposto nos PCN já foi e está sendo praticado por alguns professores, não sendo algo totalmente inusitado.

- Com relação ao Tratamento Pedagógico, o grupo opina que se devem deixar mais claros quais são os agentes responsáveis pela organização curricular. Não compete aos Parâmetros Nacionais emanados do MEC sugerir, como recursos metodológicos, temas/eixos/projetos. É importante atribuir às escolas o papel que lhe é assegurado nos documentos, e agilizar a discussão da construção dos currículos nas escolas, pelos professores. Para tanto, as Secretarias Estaduais e Municipais devem ser chamadas à responsabilidade, patrocinando, provocando e subsidiando as discussões curriculares nas escolas.

3 - Encaminhamentos

- Insistir que as questões referentes ao Ensino devem ter um encaminhamento mais claro e permanente, não podendo sofrer modificações e transtornos ao sabor das mudanças de governo. Mais do em qualquer outro setor de responsabilidade pública, é preciso assumir-se que se trata de políticas de Estado e não de governo.

- Incorporar, nas Orientações Curriculares, as sugestões dos professores colhidas nos seminários regionais e no seminário nacional.

4 - Participantes do Seminário

Jairo Brizola (MT) - Cleanil Fátima (MT) - Luiz Fernando Silva Prado (GO) - Ema Maria S. Silveira (MT) - Suelme E. Fernandes (MT) - Maria Celma de Oliveira (MT) - Sandra Carvalho Lopes (MT).

5 - Representantes para o seminário nacional - 9 e 10 de dezembro

Luiz Fernando Silva Prado (GO) - fsprado@yahoo.com.br
Suelme C. Fernandes (MT) - biela21@hotmail.com

II - REGIÃO NORDESTE - João Pessoa - 4 e 5 de novembro de 2004

A - As orientações curriculares vigentes (DC – PCN - PCN+)

1 – Constatações gerais.

- Constata-se que a maior parte das Secretarias dos Estados do Nordeste e de Goiás está trabalhando na perspectiva dos documentos oficiais e a partir destes, estão elaborando suas próprias orientações curriculares. No entanto, observa-se que nem todos os professores(as) em exercício assimilaram ou incorporaram as orientações contidas nos documentos. Foram elencados alguns entraves que justificam essa resistência, tanto por parte dos professores, quanto por parte das equipes técnicas das secretarias: a formação do professor, a compreensão do processo ensino-aprendizagem e a visão de mundo.
- Pode-se dizer que os professores detêm uma informação inicial sobre os PCN, contudo sem profundidade. Verifica-se uma resistência ao novo, bem como a dificuldade de leitura no meio dos professores em geral. No entanto, há iniciativas por parte de alguns professores no sentido de aprofundar questões sobre os PCN, o que permite afirmar que é necessário investir na perspectiva da formação continuada.
- Foi relatado que no Estado de Goiás o governo estadual empenhou-se em implementar a reforma curricular, buscando apoio em parcerias com instituições não governamentais com o objetivo de elaborar programas de formação de professores, de coordenação e de direção. Com isso facilitou-se a implementação da interdisciplinaridade e a adesão dos professores. Foi possível, ainda, assimilar o processo de avaliação e o desenvolvimento do trabalho coletivo. Dessa forma, constata-se que mudanças nas políticas públicas estaduais, por pequenas que sejam, podem proporcionar paulatinamente melhorias no conjunto das condições de trabalho.
- No relato dos presentes, constata-se que há experiências diferenciadas e ricas. Em Pernambuco, por exemplo, foram realizados estudos, tendo por base a LDB, DCNEM, PCN, por meio dos quais buscou-se identificar os marcos legais e teóricos para que a escola se organize e proponha seus currículos, sendo esta a função da escola. Cabe ao MEC definir as políticas públicas e não os currículos. No momento atual, a partir de discussões estão sendo elaboradas as propostas curriculares que poderão servir a todas as escolas, como referências básicas para o ensino em Pernambuco.
- Observação do CEFET-RN: o grupo achou por bem fazer uma observação quanto a Liberdade de currículo exercida pelas escolas sem um currículo comum proposto pelo MEC. Tal ação dificulta a acomodação dos alunos transferidos devido a diversidade de programas oferecidos, reflexo da regionalidade do país. Na opinião do grupo, cabe a escola adaptar a sua realidade ao currículo comum e não ser uma função da escola formalizar o currículo.

2 – Fundamentos científicos.

- O grupo tomou conhecimento do Documento que está sendo proposto como subsídio para os trabalhos nos seminários, no qual os fundamentos científicos da

disciplina História são trabalhados, e propõe que seja considerado como base para a continuidade do processo de discussão, levando em conta os PCN (1999) e PCN+ (2002) e as discussões desencadeadas nos 5 seminários regionais. Ao final dos seminários o texto que está servindo como subsídios para as discussões nos seminários deverá ser reestruturado, tendo por base as contribuições e sugestões apresentadas, e encaminhado via correio eletrônico para todos os participantes dos seminários regionais. Novas contribuições poderão ser enviadas para o Seminário Nacional. Assim, a sugestão do grupo é que se dê continuidade ao processo, ampliando-o cada vez mais.

3 – Interdisciplinaridade.

- A questão da interdisciplinaridade e a organização por áreas, mesmo estando contida na legislação, ainda não está clara, nem em relação ao conceito, nem quanto à sua abrangência e à sua operacionalização. Essa falta de clareza está presente não apenas nos documentos oficiais, mas também é constatada entre os participantes do grupo. Os PCN não resolvem a ambigüidade contida na lei. Desta forma, o grupo opina que a reforma do ensino médio que organiza as disciplinas por áreas de conhecimento e que propugna a interdisciplinaridade não tem condições de ser implementada. Por outro lado, tal proposta supõe necessariamente condições propícias para que possa ser colocada em prática. É prioritário, portanto, que haja uma reorganização completa da escola do ponto de vista pedagógico e administrativo, que permita a superação das condições atuais de trabalho, a formação disciplinar e fragmentada adquirida no ensino superior, as condições salariais, a estrutura escolar, e a cultura escolar fragmentária que predomina.

4 – Contextualização.

- Constata-se que ocorreram avanços significativos em relação à compreensão e aplicação do conceito de contextualização, conforme entendido nos PCN+.

5 – Protagonismo Juvenil.

- Os PCN apontam, mas não há aprofundamento adequado da questão. Por outro lado, raras são as práticas que consideram a realidade do aluno(a) em sua dimensão de juventude. Professores e gestores não têm esse item como prioritário. Supõe-se que se o foco do currículo fosse de fato o aluno, trabalhado de forma adequada, o conceito do protagonismo estaria se efetivando na escola.
- Constata-se que o conceito ainda não foi assimilado no conjunto escolar, podendo-se citar como exemplo a não aceitação de alunos em reuniões de professores que elaboram o planejamento das atividades da escola. Há ocasiões, inclusive, em que os Grêmios estudantis são manipulados pela gestão da escola.
- Por outro lado, foi relatado que há escolas modelos que trabalham o aluno em projetos. Assim, é necessário investir de forma mais contundente na perspectiva do protagonismo juvenil.

6 – Mundo do trabalho.

- É necessário definir com maior clareza o que significa o ensino para o mundo do trabalho. Além disso, é imprescindível aprofundar as múltiplas dimensões que estão subjacentes ao conceito de trabalho.
- Esta indefinição repercute na busca de uma identidade para o ensino médio. A ambigüidade é patente quando se constata o dilema em torno da questão: formar o cidadão ou preparar os alunos para a universidade? Ou ambos?
- Constata-se uma divergência entre a função estabelecida nos documentos legais e as aspirações da sociedade (dos próprios alunos e da família) e das universidades.
- É necessário esclarecer e questionar o papel da Universidade na compreensão das novas propostas legais e educacionais para o Ensino Médio. Constata-se um distanciamento da Universidade tanto em relação à sociedade quanto ao sistema de ensino, o que repercute na organização dos processos de ingresso no ensino superior. O vestibular tem sido o indicador preponderante na organização dos currículos das escolas do ensino médio, com real prejuízo para a busca de uma identidade pautada pelas intenções de formação para a vida e para a cidadania. Com efeito, discutir o currículo é também discutir questões como: Que educação se pretende oferecer? Como trabalhar com os alunos (protagonismo juvenil)? Para qual sociedade?
- Não há esclarecimento sobre o que se entende por tecnologia como embasamento das áreas de conhecimento.

7 – Tratamento Pedagógico.

- Buscando conhecer os referenciais que embasam a prática pedagógica do professor, constatou-se que muitas vezes os mesmos apropriam-se do discurso, e citam, por exemplo, os PCN e os livros didáticos. No entanto, apesar do discurso inovador, as práticas pedagógicas permanecem inalteradas, muito mais próximas aos sumários do livro didático do que dos PCN. O conhecimento dos PCN é ainda superficial, obtido, em geral, nos cursos de capacitação que, embora possam auxiliar, não alteraram a estrutura das escolas/currículo. Constata-se que é necessário mudar atitudes.
- Observou-se que, para que se obtenha o comprometimento dos professores com os documentos relacionados às reformas curriculares, é preciso encontrar mecanismo que garantam aos professores a detenção do processo de sua elaboração. É importante que a discussão de diretrizes curriculares se origine nas escolas. Somente depois, a coordenação e a redação final dos documentos seriam atribuídas a equipes de especialistas. Poder-se-ia aproveitar a estrutura das secretarias de educação dos estados que já propiciam aos professores reuniões periódicas para estudos e planejamentos.
- Constatou-se, ainda, que muitos professores estão produzindo conhecimentos em suas escolas. No entanto, não há iniciativas que possibilitem a sistematização e a publicidade desse conhecimento a um público mais amplo.
- Foi relatado que há escolas que elaboram projetos em parceria com outras entidades, tanto públicas quanto da categoria de Organizações não Governamentais. Também há projetos específicos para os alunos que desejam ingressar na universidade

8 – Avaliação.

- Permanece a dificuldade na definição de práticas de sistemas de avaliação. O que se torna ainda mais complexo quando a avaliação tiver como referências as competências, conforme preconizado pelos PCN.
- É necessário rediscutir o ENEM na mesma perspectiva das discussões que estão em curso para as orientações curriculares.

B - A base material e organizacional.

- Sem um empenho sério do governo e das escolas referente à gestão organizacional das escolas, as discussões e avanços que dizem respeito a questões metodológicas não terão possibilidade alguma de implantação.
- Retomar as discussões sobre o pedagógico é importante, no entanto, as mudanças só serão concretizadas se houver transformações nos professores, visando o aprofundamento da complexidade da reforma. O que supõe condições concretas positivas tanto para os professores, quanto para os gestores. Constatase, inclusive, que quando as escolas recebem alguns recursos, os professores e as escolas podem avançar na prática docente e na formação continuada.
- Constatase, por unanimidade, as condições precárias em relação ao trabalho do professor e que, apesar disso, este se encontra aberto às mudanças. O que falta são políticas públicas sérias e que tenham continuidade. Não basta apenas redistribuir os recursos existentes. É necessário ampliá-los.
- Frente aos poucos recursos destinados à escola, cria-se a figura do professor temporário, do professor precário, constatando-se uma prejudicial rotatividade dos docentes. A infra-estrutura precária e a formação deficiente são os maiores entraves para a implantação de reformas do ensino médio.
- É necessário definir com clareza quais são os fóruns que têm competência para decidir sobre os PCN e outros documentos que dizem respeito ao ensino. E também garantir que os integrantes da discussão nos fóruns convocados sejam realmente representantes do conjunto dos professores, dos gestores e dos técnicos.

Participantes do GT: Maria Ana Azevedo, Maria H. Viana, Antonio Elder, Maria Eunice Faria, Waldilma B. de Santana, Lindalva C. da Cruz, Maria da S. da Silva, Sueid M. de Carvalho, Maria do Socorro E. Santos, Josefa Naubi B. de B. Marques, Adália Izabel A. Barreiro, Miriam Soares de O. Silva, Maria Telma R. Santos, Anselmo Vieira dos Santos, Clécia M. B. P. Pinto, Augusto B de J, Meyre Ester B. de Oliveira, Maria do Socorro Neves Loiola, Vilmar L. Barbosa, Nitecy Gonçalves Abreu, Fernando M. de Oliveira, Lícia M. dos S. de Jesus, Joana Neves, Maria Gertrudes de C. Silva, Ilga Mota Barros, Gilvania Dantas de Melo, Edjane P. Ribeiro, Maria Vitória V. Teixeira, Elizabeth Andrade de Lima.

Coordenador: Holien Gonçalves Bezerra - holien@louvernet.com.br

Representantes para o Seminário Nacional:

Nitecy Gonçalves Abreu - ngabreu@bol.com.br

Antônio Elder Monteiro Sales - eldermonteiro@yahoo.com

III - REGIÃO NORTE - Manaus - 11 e 12 de novembro de 2004

1 - Propostas apresentadas para inclusão no currículo do ensino

- Disposição de material adequado para o ensino teórico-prático de História;
- Selecionar os conteúdos de História para melhor ministrá-los e incorporar aos instrumentos tecnológicos;
- Contextualização sócio-político-cultural e econômica dos conteúdos ministrados;
- Transversalidade do conhecimento;
- Formação continuada dos professores;
- Valorização do profissional da educação;
- Planejamento participativo;
- Gestão democrática;
- Laboratório de informática;
- Livros didáticos e paradidáticos para alunos e professores;
- Carga horária dedicada à pesquisa e a projetos;
- Disponibilizar a biblioteca como fonte de pesquisa para os alunos;
- Respeitar a cultura local (diversidades culturais);
- Acompanhamento psicológico para alunos e professores.

2 - Currículo do ensino médio

Fundamentos científicos

- Domínio dos conteúdos;
- Articulação de conceitos históricos;
- Flexibilidade curricular;
- Conhecimentos cognitivo, epistemológico e sócio-cultural para melhor preparar os alunos para a vida.

Interdisciplinaridade

- Competência e habilidades (saberes);
- Disposição de material adequado para o ensino teórico e prático de História;
- Associação ensino-pesquisa,
- Contextualização sócio, política cultural e econômica dos conteúdos;
- Construção do conhecimento para adquirir autonomia intelectual;
- Transversalidade do conhecimento;

Contextualização

- Construir e reconstruir conhecimentos;
- Problematização de situações para formar sujeitos críticos e participativos na sociedade;
- Articulação entre os conceitos estruturados da área e as competências;

Protagonismo Juvenil (Cultura da juventude)

- Compreensão dos processos e dos sujeitos históricos;
- Relações interpessoais;
- Olhar crítico e consciente da realidade;
- Conceito do processo histórico;
- Historicidade dos conceitos (compreensão mais ampla).

Mundo do Trabalho

- Elaboração de projetos para desenvolver habilidades profissionais;
- Trabalhar a sociabilidade do educando.

Tratamento Pedagógico

Proporcionar metodologias adequadas ao ensino de História;
Objetividade dos conteúdos.

Avaliação

Rever a avaliação como instrumento facilitador no processo de ensino aprendizagem.

Componentes do GT: Cláudio Azevedo - Djanira Mourão - Dalvanir Araújo - Francisco Ribeiro - Francisco Jorge - Lucilene A. Moreira - Maria Sibeles Portilho - Maximiliano - Pedro Marcelino Carvalho - Rosely Noronha - Válber Barroso - Joysenira Moraes da Silva.

IV - REGIÃO SUDESTE - Niterói - 8 E 9 de novembro de 2004

A - As orientações curriculares vigentes (DC – PCN - PCN+)

1 – Observações gerais.

- Dos 11 participantes do grupo, apenas quatro tinham tido contato mais aprofundado com os documentos referentes ao ensino médio. Os mais recentes - PCN+ e PCN em Ação - são praticamente desconhecidos. Dessa forma, a discussão não foi tão ampla como poderia ter sido, e com a ausência de experimentação fica difícil qualquer análise proveitosa. Por outro lado, constatou-se que mesmo quando há algum tipo de discussão dos documentos entre os professores, ela é apenas vertical, o que atrapalha o próprio processo de discussão, além de ser muito difícil conseguir a representação dos professores. Ainda, há leituras diferenciadas dos documentos em virtude da posição ocupada pelos participantes na estrutura educacional, que são complementares.
- Constata-se que algumas secretarias estaduais têm trabalhado para criar clima de discussão entre os professores. Na secretaria de São Paulo, por exemplo, conseguiu-se reunir um grupo de aproximadamente 30 professores, que fez uma leitura dos documentos em vista da preparação para este seminário regional. A falta de tempo permitiu apenas uma leitura geral sem aprofundamentos, na qual foram constatadas falhas nos documentos, que deverão ser sanadas. Mas, conforme relatado, a secretaria não se propõe a reinventar a roda e sim trabalhar a partir do que existe.
- No ES, está havendo um esforço para discutir os PCN do Ensino Fundamental, e na formação em serviço estão sendo estudadas as ementas das disciplinas em relação ao eixo ciência-cultura-trabalho. Este eixo temático constitui o norte para a proposta de reformulação curricular em curso no Estado. A formação continuada vem dando espaço para os professores aprofundarem os estudos.
- Considerou-se que a existência de tensões, que foram referidas na mesa redonda da manhã, são frutos das contradições da ordem social. Além disso, os professores saem das universidades com muitos problemas e deficiências. Os profissionais estão ansiosos por resolver problemas concretos como evasão e desinteresse tanto de alunos quanto dos próprios professores, o que ocorre também no ensino fundamental. A partir dessas e de outras constatações negativas surgem as angústias dos professores que se empenham em buscar socorro em algum lugar. Tudo se cobra do professor e do aluno, no entanto é importante lembrar que há outras realidades que se situam em dimensão mais ampla e que precisam ser consideradas, como a situação social e a estrutura familiar.
- Foi relatada a situação de um grupo de estudo no qual a maioria se constitui de professores efetivos e que estão às portas da aposentadoria. Por essa razão não há interesse em continuar estudando, além de se sentirem desestimulados pelo fato de não terem reajuste salarial há dez anos. A situação passa a ser desesperadora. Há, também, o desinteresse dos alunos pois, no caso relatado, a cidade não tem faculdade nem oferece perspectiva de trabalho.
- Houve o relato de uma situação contraditória que envolve alunos de graduação: por um lado os alunos se rebelam contra o autoritarismo do Estado e das soluções que vem de cima para baixo, por outro lado, houve alunos que questionaram o fato dos PCN não

serem obrigatórios. Há ainda a questão difícil de encontrar estímulos para que os alunos da licenciatura em se capacitem para atuarem como professores.

2 - Fundamentos científicos, interdisciplinaridade, contextualização.

- O grupo trabalhou as três questões como um conjunto, tendo em vista seu sentido complementar. Mesmo não tendo havido um estudo aprofundado dos documentos vigentes e do texto apresentado como subsídio para discussão no seminário, a posição do grupo é que se continuem os debates e que sejam sanadas as lacunas dos textos existentes.

- Levantou-se a questão das diferenças entre trabalhar por objetivos e trabalhar por competências e habilidades. Embora apareçam como situações dicotômicas, elas devem ser levadas em consideração e merecem aprofundamento. O relato de uma professora aponta para modificações que podem ser percebidas, no próprio trabalho com professores do ensino médio. Há cinco anos atrás não havia nenhuma proposta clara de ensino-aprendizagem, mas apenas uma posição behaviorista. Fazia-se o que o professor achava que era importante para o aluno. O ensino de História era bastante linear, cronológico e muito pautado no livro didático, os temas estanques, sem nenhuma preocupação com a construção do conceito de tempo. Atualmente, pode-se dizer que o princípio interdisciplinar ressaltado nos parâmetros curriculares, que não aparecia no ensino, já se faz presente de alguma forma. Para quem vem acompanhando tais PCN, percebe que eles têm suas lacunas, mas também apresentam avanços significativos, apontam objetivos do trabalho do professor na escola – como o desejo do querer do professor, a concepção de educação, de ensino, habilidades e competências ligadas ao mundo social, o que esse mundo exige hoje do aluno do ensino médio. No Brasil toda essa discussão tem sido baseada em textos do Perrenaud, que comportaram leituras variadas. Em uma delas, competências e habilidades estariam voltadas para o mundo do trabalho, do mercado.

- Numa leitura cuidadosa dos PCNs, no tocante às competências e habilidades para todas as disciplinas, pode-se observar que na sua maioria não estão relacionadas ao eixo educação para o trabalho (quase um retorno à década de 70, com o ensino profissionalizante), mas dizem respeito à concepção de educação e trabalho. Defende-se que a escola precisa utilizar esse binômio – educação e trabalho - inserção do jovem nesse mundo. Competências e habilidades precisam ser desenvolvidas e discutidas. Busca-se o desempenho autônomo e crítico que leva ao protagonismo juvenil, que está relacionado a uma ação que estimula a compreensão e a análise crítica do mundo que o rodeia o aluno. A organização do currículo por competências e habilidades faz com que a questão interdisciplinar apareça diluída, mas na prática ela aparece com maior clareza. A construção dos conceitos aponta para as habilidades e competências. Registra-se também o crescimento do professor que percebe que precisa de conceitos de outras disciplinas, por exemplo, quando o professor de Geografia indica que o professor de História trabalha mais o conceito de tempo assim como este espera daquele o trabalho com o conceito de espaço. É necessário que haja leitura mais cuidados dos parâmetros para que seja possível uma discussão mais sustentada.

- Ressalta-se que na proposta que valoriza as competências e habilidades está explícita a ênfase na formação integral do aluno e não apenas a formação para o mercado. Nos PCN as competências são compreendidas na sua acepção cognitiva e não tecnicista, como a formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

- Consta-se, por outro lado, que a discussão sobre o conceito de competência não está amadurecida para o professor. A discussão não se restringe às estratégias para que o ensino leve o aluno a alcançar as competências, mas principalmente volta-se para o que é a competência para o professor.
- Há a opinião de que os PCN apresentam discussões historiográficas e pedagógicas atualizadas. A interdisciplinaridade, a contextualização e a organização por áreas estão presentes de forma clara nos PCN, especialmente nos PCN+. Há possibilidade de se investir por aí no trabalho com os professores. Até para que se possam vencer as angústias.

3 - Protagonismo juvenil (culturas da juventude).

- O desenvolvimento do ensino por competências e habilidades pode levar ao desempenho autônomo e crítico que tem condições de impulsionar o protagonismo juvenil, que está relacionado a uma ação que estimule a compreensão, análise crítica do mundo que o rodeia.
- Ao trabalhar com o aluno é necessário pensá-lo como sujeito no hoje e não projetando o futuro; é um ser pensante, que tem existência própria, tem suas contradições, é uma pessoa com vivência calcada no hoje e não apenas uma projeção para o futuro. Notar que nossas aspirações não são as mesmas que as dos jovens, o professor precisa conhecer as características psicológicas e espirituais que lhe são próprias. Essa atitude do professor é importante, embora os frutos somente aparecerão no futuro e também pode ajudar a livrá-lo das amarras do conteúdo.

4 - Mundo do trabalho.

- Este tema necessita de maior aprofundamento. Distinguir “educação para o trabalho” e educação e trabalho, procurando-se evitar uma leitura tecnicista.
- No relato de um professor, o sentido de competência e habilidades em um colégio técnico é balizado pelas grandes empresas, enquanto que no ensino médio normal a baliza é a entrada na universidade.

5 - Tratamento pedagógico.

- A grande questão que se coloca é: o que estamos ensinando em sala de aula e o que se pode fazer para definir qual currículo, com qual finalidade. Se visa o vestibular, ou a formação propedêutica, ou profissional. O que seria mais motivador?
- Uma professora observa que quando o docente se coloca como sendo o centro do processo ensino-aprendizagem assume para si a culpa pelo desinteresse do aluno, do fracasso. Isso é uma visão bastante tradicional de escola: o professor como centro. Se há sucesso, tudo fica bem. Se a escola vai mal, por transferência ele também vai mal. Há professores muito bem intencionados, com planos bem elaborados, mas ainda behaviorista, visão propedêutica; entretanto esse plano não vai dar certo e ainda há frustração. Numa visão construtivista, o professor não é o centro e sim o intermediação, exigindo negociação, colaboração, compreensão; quando o professor muda, o aluno frequenta a escola. Esse é o desafio, a frequência do aluno à escola.

- O trabalho isolado também é um problema hoje, e o espaço coletivo pode ser um caminho para encaminhar as soluções. O Programa Pró-gestão, na modalidade à distância, que envolve 18 mil profissionais em uma secretaria estadual, busca superar o isolamento do professor. A proposta é a construção de um projeto coletivo, no qual se busca realizar seminários nas escolas para produção do projeto pedagógico da escola. O professor está aprendendo a trabalhar no coletivo, a partir deles mesmos e não por determinação da SEE. No entanto, nem todos os professores correspondem.
- A falta de participação coletiva depende também do alcance que a escola tem na comunidade, seria importante trazer os pais para a escola, além de outras atividades para que se consiga dar-lhe identidade.
- Para os professores que trabalham na formação dos professores, a angústia situa-se na forma de encaminhar bem os futuros professores, procura-se que haja uma formação de professores críticos e autônomos. A formação inicial dos professores desconhece o que está proposto nos PCN. Mesmo os arranjos trazidos pela nova licenciatura, com uma maior carga horária, etc, não garante uma formação condizente.
- Outra constatação evidencia que, como estamos lidando com seres humanos, conta muito um ambiente escolar que pode ser favorável ou não e que não está descrito nem garantido pelo regimento da escola, podendo depender até mesmo dos humores das diretoras. Há, porém detalhes que atrapalham como: rotatividade dos professores, salário aviltado, desinteresse. A rede pública muitas vezes passa a ser um bico, na espera de outras oportunidades.
- A identidade do ensino médio é outro aspecto que afeta o tratamento pedagógico: para que serve o ensino médio? Nos documentos oficiais encontram-se três concepções – formação para o trabalho, para a cidadania e para ingresso na universidade. De forma concreta, qual é a expectativa do aluno? A grande questão é como lidar com essa identidade do Ensino Médio. Em São Paulo está se fazendo uma discussão por meio de um programa denominado “Ensino Médio em Rede”. São 50 mil professores que fazem parte do programa, em que se discutem os documentos e se busca uma visão mais ampla e real do ensino médio. Pergunta-se: o ensino médio está respondendo ao caráter dado pelos documentos?
- Observa-se que quando se opta por organizar o ensino de História por eixo temático o professor é levado a transitar numa linha do tempo, presente e passado, fazendo articulações com projeções para o futuro. Isto pode constituir uma dificuldade para o ensino em vista da formação precária do professor. Outro problema pode ser encontrado no referencial teórico a ser adotado, tendo em vista a dificuldade intrínseca da questão teórica e a formação pouco aprofundada recebida na formação inicial dos professores. Essa preocupação relatada por um dos presentes pode ser comum a outras escolas.
- Foi lembrado ainda outro entrave para a busca de uma identidade para o ensino médio. Os segmentos do ensino básico têm um fim em si mesmo: CA a 4ª - 5ª a 8ª - Ensino Médio - são fases estanques, separadas. No entanto pode-se perguntar: como pensar o ensino médio se não pensar o ensino fundamental? É necessário recuperar essa totalidade.

- Constata-se que o Ensino Médio via CEFET-Vitória tem muita procura, há experiências isoladas de se buscar a interdisciplinaridade: é trabalhada na reposição de aula aos sábados, quando os professores das disciplinas formulam projetos a serem apresentados. No entanto os alunos ainda cobram o conteúdo para fazerem o vestibular. Na experiência no Ensino Médio de Jovens e Adultos o professor consegue-se maior liberdade para organizar o currículo a partir de temas e problemas levantados pelos alunos. O que pode trazer algumas dificuldades dependendo dos temas para os quais os professores nem sempre contam com material suficiente para a preparação das aulas.
- É de ressaltar a importância da História da África para a compreensão da história moderna e contemporânea. Mais relevante ainda é a contribuição que a história da África poderá trazer para os estudos da cultura brasileira. O ensino de história da África passou a ser obrigatório a partir do Decreto-lei 10639.

6 - Avaliação

- . Avaliação por competências e habilidades é possível. No entanto, pode ser utilizada sob a ótica mercadológica.
- . Os resultados das avaliações externas podem servir de pano de fundo para as discussões pedagógicas.
- . Nos PCN, o processo de avaliação não está abordado de forma a atender a dimensão da nova proposta.

B - A base material e organizacional.

- . É imprescindível, para que se torne possível a implantação das reformas educacionais, o encaminhamento definitivo para a solução de problemas crônicos: situação salarial dos professores, forma de contratação que elimine a figura de professor temporário; recursos para infra-estrutura – laboratórios, bibliotecas.

Participantes do GT:

Maria José, profa CEFET, Vitória-ES;	Adriana, profa rede estadual, ES
Zélia, téc. Pedagógica, SEE - ES;	Lúcia Helena, profa rede estadual, ES
Márcia, gestora SEE, ES;	Josélia, técnica/profa, SEE, ES
Sebastião, prof. Col.Téc.UFJF, MG;	Rosana, profa. UFOP, MG
Marisa, coord. pedag., RJ;	Antônio, pedagogo CEFET, RJ
Valéria, técnica CENPE/SEE, SP	
Coordenador: Holien Gonçalves Bezerra - UFG	

Representantes para o seminário nacional - 9-10 de dezembro - Brasília:

Maria José de Resende Ferreira (ES) - majo@pmundo.zzn.com
 Sebastião Sérgio de Oliveira (MG) - sso@arnet.com.br

X.X.X.X.X

V - REGIÃO SUL – Florianópolis – 13 e 14 de outubro de 2004

As reflexões do GT de História da Região Sul encaminharam-se a partir de basicamente três questões:

- 1) Que Ensino Médio queremos?
- 2) Que ensino de História queremos?
- 3) Como deve ser analisado o texto proposto pelo professor Dr. Holien Gonçalves Bezerra?

1 - A partir destas questões, discutiu-se o **contexto do Ensino Médio** tendo em vista as pressões vindas, por um lado, da necessidade que o aluno sente de um ensino profissionalizante e, por outro, da visão propedêutica do Ensino Médio em que este curso deve estar voltado para o vestibular. Entretanto, entendeu-se que o Ensino Médio deve ser compreendido como uma conclusão da Educação Básica, dentro de uma visão integrada e humanista do processo educativo.

No que se refere ao ensino de História, percebeu-se a incoerência existente entre a reflexão e a ação, apontando-se que os projetos político-pedagógicos não se refletem no cotidiano da prática escolar. Discutiu-se, então, o papel dos PCN com relação a esta incoerência: eles podem ajudar a superá-la ou, ao contrário, a estimulam? Não houve acordo neste ponto, pois os professores do Estado do Paraná presentes no grupo relataram a proposta alternativa aos PCN, já posta em prática pelos professores de Ensino Médio, denominada Projeto Folhas: base para a construção das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio do Estado do Paraná, ainda em processo de discussão e formatação.

Durante a análise do que nós, professores da Região Sul, entendemos por Ensino Médio, surgiu uma discussão referente às tensões curriculares próprias desta fase da Educação Básica, principalmente entre um currículo voltado para a inserção do aluno na sociedade de consumo industrial, e um currículo orientado por uma educação integrada de caráter humanista. Esta tensão foi muito bem descrita pelos dois professores do CEFET-SC, onde está ocorrendo uma experiência muito interessante, voltada à superação da dicotomia entre ensino geral e técnico, em nome da qualidade educacional. Entretanto, os PCN tornaram-se o grande nó da discussão. Uma parte do grupo de trabalho entendeu que estes documentos (estruturados em competências e habilidades) não precisam necessariamente reduzir-se a uma adequação ao mercado de trabalho, e que Perrenoud, o teórico das competências e habilidades, entendia estes conceitos como processos cognitivos-afetivos baseados nas concepções construtivistas, propondo-se um processo de disseminação entre os professores destes conceitos cognitivos, muito difundidos no meio pedagógico.

Outra parte do grupo tinha a visão oposta, pois compreendia os conceitos cognitivos usados nos PCN, não só voltados para esta adequação à sociedade de mercado e multiculturalista (abordada muito vagamente nestes documentos), mas baseadas em um ecletismo epistemológico que desorienta a prática do professor na sala de aula, pois supõe uma prática interdisciplinar como abordagem prioritária, sob uma estrutura disciplinar. Para alguns integrantes do grupo isto é incoerente, porque o processo deve ser inverso: a disciplina deve necessariamente determinar o seu espaço temático interdisciplinar e não o contrário, mesmo porque é na disciplina que a cultura humanista,

na forma do currículo, é delimitada e selecionada pelo professor para formar um aluno consciente de seus limites, mas livre ou autônomo, conforme a visão de teóricos do currículo como Fourquin e Gimeno Sacristán.

2 - Discutiu-se, ainda, o **papel do ensino de História na formação do aluno**. Foi apontada a incoerência entre teoria e prática ou entre ação e reflexão no ensino desta disciplina. Como se percebeu anteriormente, os PCN foram interpretados de forma diferente pelos integrantes do GT, pois alguns deles entenderam que estes documentos teóricos não são incoerentes com a prática escolar, mesmo porque propõem um caminho aberto de como articular as disciplinas como um instrumento da interdisciplinaridade, através das três competências da área de Ciências Humanas e suas tecnologias: representação e comunicação; investigação e compreensão; e contextualização sociocultural.

Entretanto, outros professores integrantes do GT entenderam que, até pelo fato de haver sucessivas revisões do texto original dos PCN, a relação disciplina/interdisciplinaridade é o grande nó górdio da incoerência conceitual destes documentos. Isto se torna claro na comparação entre o PCN1999, o PCN+2002 e o documento do Prof. Holien Gonçalves Bezerra, integrante das Orientações Curriculares do Ensino Médio, de 2004. O mérito dos dois últimos documentos é que houve um avanço na análise teórico-metodológica e, mais precisamente conceitual, na delimitação da disciplina de História. No PCN+, utilizaram-se o tempo e a memória (na concepção de Fernand Braudel e Pierre Nora) como conceitos estruturantes da disciplina de História. Já o texto do professor Holien Gonçalves Bezerra teve como avanço o próprio histórico dos PCN incluído no artigo, e a ampliação dos conceitos estruturantes da disciplina de História, tais como história, processo histórico, historicidade dos conceitos, sujeitos históricos, cultura, memória e cidadania.

Contudo, a incoerência, segundo alguns integrantes do GT, está na subordinação, nestes documentos, dos conceitos estruturadores às competências específicas da área de Ciências Humanas, enxertadas no texto, inviabilizando a compreensão do que seria esta interdisciplinaridade.

Como proposta para a superação desta tensão sugere-se a experiência do Estado do Paraná que é voltada para a construção de material didático pelos professores da Rede Pública denominada Projeto Folhas, o qual é um projeto em que mediante a participação voluntária do professor (o mesmo recebe certificados de capacitação e, num futuro próximo, avanço na sua carreira profissional por produção) está construindo-se um material voltado para o aluno estruturado na problematização de conteúdos da própria disciplina, que são abordados teórico-metodologicamente e com uma linguagem voltada para os alunos, (ao contrário do que ocorre com grande parte dos livros didáticos).

A interdisciplinaridade acontece a partir dos conceitos e temas da disciplina (escolhidos pelo professor ou até em conjunto com os alunos), que podem relacionar-se teórico-metodologicamente com os conceitos de outras disciplinas, ultrapassando a mera contextualização do tema proposto (por exemplo: num "folhas" de História, ao desenvolver o conteúdo conceitual e temático da disciplina o professor-autor adentra em outra disciplina [sociologia ou geografia, por exemplo,] utilizando-se de conceitos e metodologias afins destas outras disciplinas). Em Brasília, será levado um exemplar resultante deste projeto. Indica-se aqui o respectivo endereço eletrônico onde todos os "folhas" produzidos no projeto-piloto estão em rede.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/projetofolhas/index.php>

3 - Quanto ao **texto proposto** pelo professor Holien Gonçalves Bezerra, como ele só foi lido por quatro professores antes do evento, dividiu-se o artigo em duas partes para leitura e análise: a parte 1 (que se refere a história dos PCN, incluindo o PCN+, de História e a proposta de reformulação do professor Holien Gonçalves Bezerra) ficou com um subgrupo, e a parte 2 (que diz respeito aos conceitos estruturadores e suas articulações com as competências específicas de História, e que deveriam estar presentes no ensino de História) foi analisada por outro subgrupo. O primeiro grupo era composto por professores do Ensino Médio dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, e o segundo grupo por professores dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná.

Após a leitura, o subgrupo 1 propôs pequenas modificações no texto, entre as quais as relativas à posição das tabelas dos PCNs e a construída pelo professor Holien Bezerra.

Já o subgrupo 2 propôs, além das reformulações específicas, algumas mais amplas, até para facilitar a compreensão do leitor referentes aos conceitos estruturantes de História. Esta análise segue a própria construção do texto do autor.

2. Os conceitos estruturadores da História:

- aqui sugeriu-se somente que o autor citasse os conceitos estruturantes a serem analisados, sem deixar de apontar que são conceitos que se relacionam perspectiva e dialeticamente.

2.1. História:

- propôs-se aqui que o autor relatasse um breve histórico das principais escolas históricas e suas respectivas concepções teórico-metodológicas, e dentro destas, aí sim, indicasse como elas abordam questões referentes às fontes, à metodologia, à provisoriabilidade do conhecimento, aos sujeitos históricos, etc.
- no que se refere à apropriação do conhecimento histórico do aluno, entendido como sujeito histórico, pode-se indicar que ela se dá na construção do processo de pesquisa na relação entre o professor, o conhecimento histórico e o aluno.
- Deve-se atentar que estes dois itens relativos ao conceito estruturante de História estão articulados, mas não são a mesma coisa.

2.2. Processo histórico:

- Definir melhor o que seria a indeterminação social;
- Seria interessante frisar que o fato histórico e o acontecimento são uma construção social na qual o historiador faz parte;
- Apontar como alguns historiadores como Marc Ferro, Georges Duby, por exemplo, trabalham a articulação entre acontecimento e processo histórico, que poderia auxiliar muito a compreensão do leitor do texto.

2.3. Historicidade dos conceitos:

- Apesar de não existir uma essência nos conceitos como o da servidão ou da democracia, por exemplo, relativizá-los ao ponto de chamá-los de servidões ou de democracias pode levar ao esvaziamento do sentido do conceito; é neste sentido que está a sua riqueza e a sua beleza ao permitir demarcar com ele e através das fontes históricas, os modos específicos como eles estão presentes nas diferentes formações sociais e épocas.

2.4. Tempo:

- Para o leitor facilitaria muito apontar de modo breve como diferentes historiadores (tais como Marc Bloch, Braudel, Jacques Le Goff, Thompson e François Dosse) trabalham com o tempo histórico, apontando as especificidades de cada um.

2.5. Cultura:

- Neste conceito, além da aproximação da História com a Antropologia, que fornece uma fundamental visão etnográfica das sociedades, torna-se necessário também um contato com a Filosofia e o modo como ela trabalha este conceito, principalmente no que se refere à idéia da cultura como formação advinda da "paidéia" (ligada à educação) e da cultura humanista renascentista e iluminista. É na articulação destas abordagens, a antropológica e a filosófica, que se constrói o sentido do conceito de cultura.
- Utilizar autores como Gramsci, Bakhtin, Norbert Elias, Carlo Ginzburg e Roger Chartier, e no Brasil, Ronaldo Vainfas e Laura de Melo e Souza, por exemplo, e como eles interpretam este conceito possibilitaria importantes delimitações deste conceito.

2.6. Memória:

- Indicar como Pierre Nora trabalha os "lugares de memória" e como a historiografia brasileira o faz através de historiadores como Jaime Pinski, Lilia Schwarcz e José Murilo de Carvalho.

Sugestão:

- Incluir os conceitos de TRABALHO e PODER dentre os conceitos estruturantes de História; estes devem estar presentes porque, quando o professor trabalha tematicamente, ele historicamente, na sua prática escolar, acaba se orientando em três conceitos TRABALHO, CULTURA e PODER, que aqui podem ser entendidos como categorias estruturantes, intermediados pela ação dos Sujeitos históricos que os articulam através do Tempo e seu Processo Histórico;
- O conceito de TRABALHO pode ser abordado pela perspectiva de como o ser humano se relaciona com a natureza transformando-a e também aos seus semelhantes. Autores como Hobsbawn e Thompson propõem caminhos interessantes a este respeito.
- O conceito de PODER articula-se com a idéia de Cidadania e com as relações de poder entre os sujeitos históricos nas diversas formações sociais e nas relações entre as sociedades. Aqui, historiadores como Michelle Perrot, Michel Foucault, Eric Hobsbawn e Marc Ferro, por exemplo, apontadas as suas especificidades, trazem grandes contribuições para a compreensão por parte do leitor.

3. A articulação dos conceitos estruturadores com as competências específicas da História:

- Para o leitor ter uma boa compreensão desta articulação o grupo apontou a necessidade de uma clara definição das possibilidades de abordagens a serem escolhidas pelo professor (tais como a História integrada, a História temática, ou mesmo uma articulação coerente entre as duas) através da indicação da numeração e de subtítulos referentes a cada possibilidade a serem incluídos no item 4.2.
- Não deve ser esquecido que mesmo na história temática o recorte cronológico e a delimitação geográfica são fundamentais para que os conceitos estruturadores tenham sentido.

4 - Propostas de encaminhamento:

Para que haja a construção democrática das Orientações Curriculares do Ensino Médio torna-se necessária a continuação dos seminários em 2005. A partir dos resultados dos seminários regionais e do nacional de 2004, devem-se promover encontros descentralizados, organizados pelas Secretarias de Estado da Educação, não só para o repasse dos textos e relatórios, mas também para que ocorra a leitura, discussão e reformulação dos mesmos documentos, por uma grande representação de professores de ensino Médio da Rede Pública de todo o território nacional.

O Estado do Paraná - no encontro que servirá para discutir as Orientações Curriculares para o Ensino Médio Estadual, que ocorrerá em novembro de 2004 - informará os professores sobre a discussão do seminário de Florianópolis, e posteriormente a SEED do Paraná repassará, aos professores participantes no evento, os relatórios e textos finais dos Seminários Regionais e de Brasília. Esta experiência pode ser compreendida, também, como uma proposta de encaminhamento para a construção de um documento participativo, na real significação social da expressão, eliminando assim, qualquer possibilidade de imposição (como a ocorrida no processo de implantação dos primeiros PCNs em alguns Estados, que acabou sendo antidemocrática).

A pedido de aproximadamente metade dos professores do GT de História da Região Sul, deveria ser levada em consideração a proposta de não fechamento da discussão em torno das competências cognitivas, devido a falta de consenso em relação a este aspecto dos PCNs. Seria interessante que esta tensão estivesse presente na redação do documento em Brasília e que as propostas epistemológicas alternativas, tais como as de Fourquin e Gimeno Sacristán, também sejam levadas em consideração, sem esquecer a pedagogia histórico-crítica e a pedagogia da Libertação de Paulo Freire, apontando-se suas especificidades e suas diferenças, em relação a Pedagogia de Perrenoud.

Sugere-se que a experiência do "Projeto Folhas" e outras desenvolvidas no âmbito de outros Estados da Federação, possam esclarecer a necessidade de que é no espaço da disciplina e seus conceitos estruturantes (que determinam a seleção, hierarquização e apropriação dos conteúdos) que se pode exercer a interdisciplinaridade entre os diversos saberes, prescindindo de competências cognitivas intermediárias entre as disciplinas, pois os próprios conceitos acima mencionados e sua abordagem dos conteúdos constroem esta relação.

A partir disto, sugere-se que, para tornar clara a discussão destas orientações curriculares, na construção do documento em Brasília, sejam levadas em conta as seguintes questões:

- a) Concepções de currículo
- b) Tipos de estrutura curricular
- c) Identidade do Ensino médio
- d) Competências cognitivas
- e) Experiências que estão ocorrendo em vários Estados da Federação

5 - Participantes do GT:

Lenira Weil Ferreira (RS) - Rosa Maria Boniatti (RS) - Baltazar C. Cremonese (SC) - Romoaldo R. Siggelkow (SC) - Márcia Maria de Souza (SC) - Regina M. Lassane Nascimento (SC) - Maria José Teixeira (PR) - Marcelo Fronza (PR) - Cláudia Sapag Ricci (MG) - Cezarina C. F. Fialho - Mara de Almeida (duas professoras não indicaram o estado de origem)

Coordenação: Professor Dr. Holien Gonçalves Bezerra

Relatora: Cezarina Fialho - tel. (32) 884804

Revisão e complementação do relato (a pedido do professor Dr. Holien Gonçalves Bezerra): Marcelo Fronza fronzam@pr.gov.br

Representantes do GT da região Sul para o seminário nacional: Marcelo Fronza e Cezarina Fialho.